



1º SIMULADO  
**2ª Fase XXXIII Exame**  
**REPESCAGEM**

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no YouTube  
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



### ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

# PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Igor Maciel

Benjamin, servidor público federal, ajuizou ação anulatória contra a União, que por meio de autoridade competente, determinou sua injusta demissão sob o fundamento de abandono de cargo, em razão de haver se ausentado do serviço por mais de trinta dias consecutivos, no período compreendido entre 21/09/2019 e 13/11/2020.

Na referida ação anulatória, Benjamin demonstrou que cerca de seis meses antes de sua ausência, formalizou pedido de licença por motivo de afastamento de sua cônjuge, Mariana, pesquisadora científica de uma universidade pública federal, que no interesse da Administração foi deslocada para cursar pós-doutorado nos Estados Unidos, a ser iniciado em 02/09/2020.

Apesar de insistentes tentativas de obter um pronunciamento por parte do órgão competente para a apreciação de seu pedido de licença, Benjamin não obteve qualquer resposta.

Com o início do ano letivo nos Estados Unidos em 22/09/2020, e com vistas a proteger a unidade familiar, Benjamin não viu outra opção a não ser se ausentar fisicamente do país, considerando que possui uma filha pequena com Mariana, que já estava matriculada em uma escola na cidade em que sua esposa cursaria o pós-doutorado, sendo certo que Benjamin comunicou formalmente aos seus superiores o novo endereço e telefones de contato.

Contudo, Benjamin foi surpreendido quando um antigo colega de trabalho lhe informou a portaria contendo a sua demissão, sem qualquer notificação acerca da existência de processo administrativo disciplinar.

Ainda, restou evidente na ação proposta por Benjamin que no processo administrativo que ensejou sua demissão, não houve citação válida e que um dos servidores integrantes da comissão processante ainda estava em estágio probatório.

Inconformado, Benjamin requereu em sede de tutela provisória de urgência (i) a suspensão do ato administrativo que resultou em sua demissão injusta; e (ii) a imediata reintegração ao seu cargo.

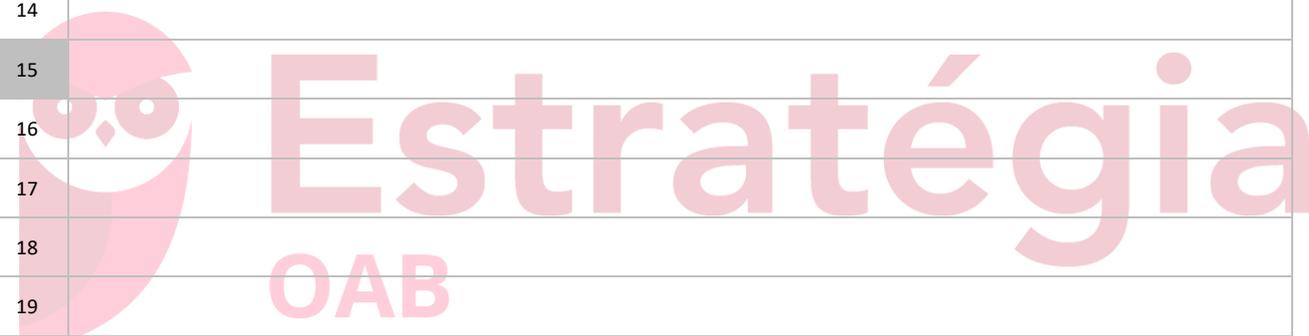
O juízo da 1ª vara federal da seção judiciária de Salvador/BA (cidade de lotação de Benjamin) indeferiu o pedido de tutela provisória de urgência, em decisão publicada ontem, pelos seguintes motivos:

- a) Não cabe licença para acompanhar cônjuge afastado do cargo público, mesmo que no interesse da administração;
- b) A Administração Pública deve observar que apenas um dos integrantes da comissão processante seja estável.

Diante do exposto, e supondo que você seja o(a) advogado(a) de Benjamin, elabore a medida judicial cabível para combater a decisão publicada ontem na defesa dos interesses de seu cliente, abordando as teses, os fundamentos legais e os princípios que poderiam ser usados em favor do autor.

1º Simulado Inédito (Repescagem) - 2ª Fase do XXXII Exame de Ordem – 25/09/21

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	



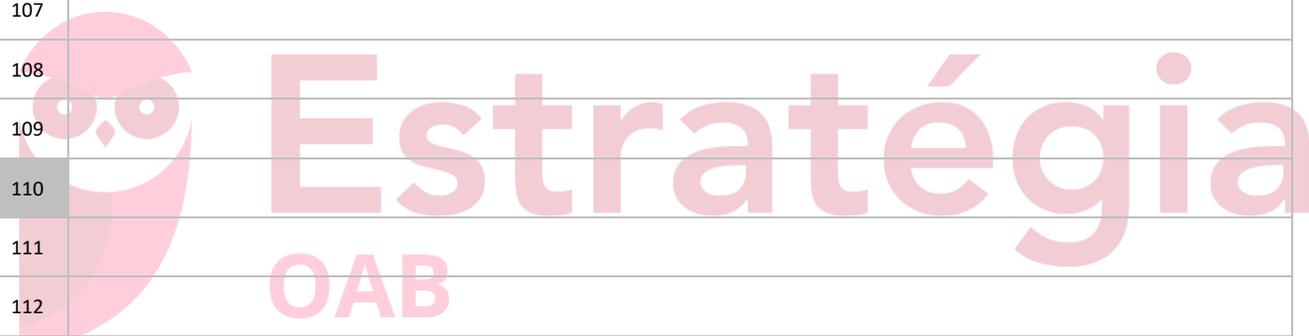
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

1º Simulado Inédito (Repescagem) - 2ª Fase do XXXII Exame de Ordem – 25/09/21

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

1º Simulado Inédito (Repescagem) - 2ª Fase do XXXII Exame de Ordem – 25/09/21

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	



125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

## QUESTÃO 1

A Autarquia Federal Alfa identificou que certo ato administrativo, praticado há 7 (sete) anos atrás em benefício do servidor Leonardo está eivado de vício de legalidade. Diante da constatação e ciente de que do ato ilegal decorreram efeitos favoráveis ao servidor Leonardo, a Autarquia Federal decidiu anular o ato.

A respeito da situação apresentada e considerando que Leonardo estava de má-fé, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir.

A) Segundo a legislação pátria, é possível se falar em decadência da Administração em anular o referido ato? [0,60]

B) É possível que o ato em questão seja convalidado? [0,65]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**Estratégia**  
OAB

## QUESTÃO 2

Em determinado órgão da administração pública federal iniciou-se de ofício um processo administrativo que afeta os interesses de Francine. Douglas, servidor público do referido órgão, atua como julgador no processo administrativo que transcorre contra Francine e está litigando judicialmente com o cônjuge dela.

Diante dessa situação hipotética, responda aos itens a seguir.

- a) De acordo com a Lei que regula o processo administrativo no âmbito federal, o processo poderia ter iniciado de ofício? [0,60]
- b) É legítima a participação de Douglas no processo administrativo mesmo que ele esteja litigando judicialmente com o cônjuge de Francine? [0,65]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**Estratégia**  
OAB

## QUESTÃO 3

Em 2018, a sociedade empresária Muralha S/A, em decorrência de escândalo que envolvia pagamento de propina e fraudes em licitações, foi penalizada em diversos processos administrativos. Após os trâmites previstos na Lei nº 12.846/13, diante do reconhecimento de haver praticado atos lesivos à Administração Pública, ela foi penalizada com a aplicação de multa e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de quatro anos.

Em meados de 2019 a referida sociedade empresária foi transformada na sociedade empresária Construir S.A, com os mesmos sócios e dirigentes, mesmo patrimônio, igual endereço e idêntico objeto social.

Diante dessa situação hipotética, responda aos itens a seguir.

- a) Caso apresente toda a documentação necessária, a sociedade empresária Construir S.A estará apta a participar de procedimentos licitatórios novos? [0,60]
- b) A penalização da sociedade empresária Muralha S/A impede a responsabilização individual de seus dirigentes? [0,65]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



# Estratégia

OAB

## QUESTÃO 4

Inconformado com o número de servidores públicos da área da educação que respondem a processo administrativo disciplinar, o Presidente da República resolve colocar tais servidores em disponibilidade e, para tanto, edita decreto extinguindo os respectivos cargos.

Considerando a hipótese apresentada, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso, responda aos itens a seguir.

A) A extinção de cargos públicos, por meio de decreto está juridicamente correta? Justifique. [0,60]

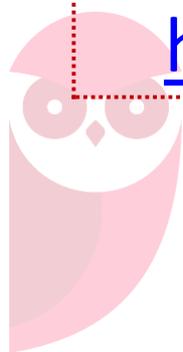
B) É juridicamente correta a decisão do Presidente da República de colocar os servidores em disponibilidade? [0,65]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Assinatura OAB: até a aprovação

<http://bit.ly/Assinatura-OAB>



**Estratégia**  
OAB